

**8M2023:****MULHERES VÃO
ÀS RUAS EM
DEFESA DA VIDA
E POR DIREITOS****#8M****Pág. 06 a 09****Entrevista: Dercy Teles, primeira mulher
presidenta sindicalista rural na Amazônia****Pág. 4 e 5****Eleições: Três chapas disputam processo
eleitoral para diretoria do ANDES-SN****Pág. 12**

Os meses de fevereiro e março de 2023 foram e continuam de muitos desafios para o(a)s servidore(a)s público(a)s federais e para nossa categoria particularmente. O InformANDES março/23 se volta a esses desafios. Desde o processo de transição do governo Lula/Alckmin e a partir da posse em janeiro, o Fonasefe protocolou a pauta de reivindicações tanto para a recomposição salarial, como para demais itens que atingem duramente as políticas públicas e as condições de trabalho do(a)s servidore(a)s público(a)s federais.

A mesa de negociação foi instituída e, com exceção da reunião realizada em 16/02, as demais fugiram à metodologia até então utilizada, na medida em que o governo optou, e não foi refratário às críticas, por um modelo de plenária que impediu o debate do processo negocial. Dessa forma, a proposta que o governo apresentou foi a de reajuste emergencial de 9% a partir de 1º de maio, auxílio-alimentação no valor de R\$ 658,00, deixando em

aberto ainda o reconhecimento das perdas históricas, cronograma de mesas setoriais, revogação das medidas que são perversas às políticas públicas e servidore(a)s público(a)s. A base do ANDES-SN, reunida na reunião do setor das IFES, aceitou a proposta, não sem críticas e questionamentos que indicam a necessidade de mobilização já e permanente para a campanha salarial de 2024. Igualmente foi essa posição majoritária das entidades que compõem o Fonasefe.

Como aprovado em nossos Congressos, realizamos o Encontro Estado e Educação entre os dias 10 e 12 de março deste ano, em Fortaleza/CE, e o VIII Seminário Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente, entre 17 e 19 de março em São Paulo. Ainda entre os dias 31/março e 1 de abril, acontecerá o III Seminário Intercultural em Belém-PA. Esses encontros se caracterizam pelo aprofundamento de temáticas que a categoria indica como essenciais para a luta e subsidiam estratégica e taticamente nossa agenda de organização e mobilização.

Nosso sindicato passará por eleições para a direção do biênio 2023/2025. Três chapas foram homologadas pela Comissão Eleitoral Central que se dedica a organizar todo o processo para que tenhamos uma participação massiva. A disputa entre projetos para a sociedade e para a luta sindical estão na ordem do dia e, com certeza é o momento de qualificarmos ainda mais a importância do ANDES-SN.

Março se destacou pela luta das mulheres, negros e negras e que dizem respeito a todos. O dia internacional das mulheres, no dia 8 marcou a presença da nossa categoria nas ruas. É o mês do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes há 5 anos sem respostas efetivas quanto a responsabilidade da execução que se deu. Como dito nos atos em 14/3: 5 anos é muito tempo! Exigimos justiça por Marielle, Anderson e todas e todos aqueles que são vitimados porque lutam! Não haverá democracia na vigência desta impunidade.

Fica aqui o convite para a leitura e reflexão! O Informandes é um dos nossos instrumentos de luta!

**SEM ANISTIA
AOS GENOCIDAS!**

**PELA VIDA DOS NOSSOS
POVOS INDÍGENAS!**

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Editor-Chefe: Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Luciano Beregeno, Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

5 anos é muito tempo: Assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes completam meia década sem respostas



ARTE: DEIZER

Do luto à luta. Em 14 de março completou cinco anos dos assassinatos da vereadora carioca Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, ocorridos no centro da cidade do Rio de Janeiro. Até hoje, não há respostas sobre quem foi mandante do crime político e por que mandaram matá-la.

Assim como nos anteriores, manifestações em todo o país cobraram das autoridades a resposta à pergunta: quem mandou matar Marielle? No Rio de Janeiro foi realizado o “Festival Justiça por Marielle e Anderson”, na região central da cidade, com diversas atrações musicais, exposições em museus, oficinas, entre outras atividades.

Em Brasília (DF), aconteceu o ato “Amanhecendo por Marielle e Anderson” na Rodoviária do Plano Piloto, seguido por roda de conversa na Praça Marielle Franco, também na área central da capital federal. Uma sessão solene na Câmara Federal homenageou às vítimas e cobrou, do poder público, a solução do crime. Também foi inaugurada na Casa Legislativa a exposição “Marielle Franco nesse lugar – 5 anos de luta por justiça!”. Diretoras do ANDES-SN estiveram presentes na solenidade.

“Importante levantar as vozes e, especialmente, pensar como a gente se insere na luta do legado de Marielle Franco, que é também a luta em combate ao racismo e à misoginia, e exigir uma resposta à altura da sua execução. É nosso dever pressionar o Estado brasileiro por respostas rápidas e por responsabilização dos mandantes. É necessário que esse Estado diga ao Brasil

e para o mundo ‘Quem mandou matar Marielle Franco e por quê?’, reforçou Rosineide Freitas, da coordenação do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Etnorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN, e 2ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro da entidade.

Para a diretora do Sindicato Nacional, o crime contra Marielle e Anderson foi uma execução planejada e com o envolvimento de uma estrutura de segurança pública. “São cinco anos que o Estado brasileiro se nega a dar sequência a uma investigação, para a qual sabemos que existem elementos e estrutura para elucidar. No processo de investigação ocorreram várias questões, como delegados que saíram do caso, a tentativa de federalização no governo Bolsonaro, questões de atravessamentos da Polícia Civil do Rio de Janeiro e o uso de influências”, disse.

MARIELLE, PRESENTE!

Mulher, negra, LGBTQIAP+, mãe, vereadora, nascida e criada na favela da Maré, no Rio de Janeiro, Marielle tinha atuação pautada em defesa de negros e pobres e denunciava a violência contra essa população. Socióloga e mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Marielle foi a 5ª vereadora mais votada do Rio de Janeiro, com 46,5 mil votos, e a mulher mais votada naquela eleição.

Desde 2018, apenas os executores foram apontados na primeira fase do inquérito concluído pela Polícia Civil e o Ministério Público que levou à prisão do policial militar reformado Ronnie Lessa e do ex-PM Élcio de Queiroz. Ambos negam participação no crime, e aguardam julgamento pelo Tribunal do Júri, ainda sem data, em penitenciárias federais de segurança.

Assim que assumiu o cargo, o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, declarou empenho para apurar as mortes de Marielle e Anderson. Em fevereiro, a Polícia Federal abriu um inquérito para auxiliar a Polícia Civil e o Ministério Público do Rio de Janeiro na investigação do caso, que está a cargo das autoridades fluminenses.

Para Rosineide, a estrutura de política escravocrata, colonial, cis-heteropatriarcal, misógina, branca brasileira, que utiliza da política para benefícios próprios, fez com que um crime contra uma mulher como Marielle Franco fosse possível e que siga até hoje sem respostas. “Ao mesmo tempo, essa execução e a potência de Marielle deixaram sementes no Brasil e no mundo. Efetivamente aumentamos a participação de espaço de mulheres negras nos espaços da vida política e em tantos outros”, disse.

A diretora do ANDES-SN citou como exemplo Anielle Franco, irmã de Marielle, diretora do Instituto Marielle Franco e atual ministra da Igualdade Racial do novo governo. “Quando uma mulher negra se movimenta e sai do lugar de subalternização a sociedade inteira se movimenta, porque a gente inverte a estrutura de opressão”, completou.



DIA NACIONAL MARIELLE FRANCO

No início do mês, a presidência despachou ao Congresso Nacional um texto do projeto de lei que “Institui o Dia Nacional Marielle Franco de Enfrentamento da Violência Política de Gênero e Raça, a ser comemorado, anualmente, em 14 de março”.

Dercy Teles: primeira mulher presidenta sindicalista rural na Amazônia



Foto: NATÉRCIA DAMASCENO

Por Valéria Santana

Na luta sindical há 42 anos, Dercy Teles foi a primeira mulher na presidência de um sindicato de Trabalhadores Rurais na Amazônia, ao ocupar a presidência do sindical da categoria, em Xapuri (AC), nos anos de 1981 e 1982. Naquele momento, a luta em defesa do meio ambiente no Norte brasileiro, sobretudo no Acre, passava a ser conhecida mundialmente pela coragem dos povos da floresta: seringueiros, indígenas, ribeirinhos, castanheiros. Ao mesmo tempo, outros movimentos populares se fortaleciam em manifestações pela redemocratização do país.

Atendendo ao convite feito para participar da mesa de abertura do 41º Congresso do ANDES-SN, realizado em fevereiro na Universidade Federal do Acre, em Rio Branco, a seringueira se posicionou contra a aliança de representações sindicais com partidos políticos. Para ela, a independência da luta de classe seria afetada pelos interesses antagônicos.

“Sou uma das únicas sobreviventes, que resiste a essa política do Capital, de enganação. Quando se trata de um sistema capitalista não tem outra forma de se sobreviver a partir da organização de classe independente do local. Eu venho de um histórico de luta e tive o prazer de conviver com o líder sindical Chico Mendes, assassinado em 1988, e que lutou pela vida e pela terra de trabalhadores, seringueiros, ribeirinhos, indígenas. Eu fiz parte dessa luta e mobilizamos muita a base, principalmente do município de Xapuri, e conseguimos contagiar os outros sindicatos. Essa universidade, através dos professores e estudantes, foi fundamental para organizar a classe trabalhadora do Acre. Infelizmente, o movimento sindical do Acre foi desconstruído ao longo desses 20 anos que antecederam o governo atual. Por isso, afirmo que não tem como servirmos a dois senhores, ou você defende a classe ou você defende o governo. Sindicalista que defende classe não se alia a governo nenhum. Por conta desse meu posicionamento fui muito perseguida”, disse, em sua fala na mesa de abertura.

Durante o 41º Congresso, a sindicalista conversou com a jornalista Valéria Santana, colaboradora da Adufac SSind, e contou sua trajetória na luta sindical no Acre. Segundo Dercy Teles, o capitalismo não tem interesse em ver movimentos sociais fortalecidos, razão pela qual vê com pessimismo o momento atual, identificando os movimentos de classe como estagnados diante da história. Em sua fala também apresentou questionamentos sobre alianças com governos. “Não tem como a gente servir a dois senhores ou você defende a classe ou você defende o governo, não tem como ser aliado de Estado e defender a categoria”, disse.

Ao olhar para a própria formação política de luta, Dercy fez memória das mobilizações de base que fortaleceram sindicatos acreanos, com destaque para o apoio recebido por estudantes e professores universitários. “A gente mobilizou muito a base, principalmente, do município de Xapuri e conseguimos contagiar os outros sindicatos do nosso estado. Quero aqui registrar que a universidade através dos estudantes e dos professores também foi fundamental nesse processo de organização da classe trabalhadora rural do Acre”, reforçou.

Quanto à juventude da contemporaneidade, Dercy acredita que

pode ser afetada por desconhecimento da trajetória feita pelo sindicalismo, a justificativa estaria no que ela chama de “alienação”, influenciada pelas atuais tecnologias de comunicação em uso, que paralisam e não promovem nenhuma mobilização de base efetiva. Em sua opinião, apenas distanciam a juventude da capacidade de ação sobre a própria realidade.

“São fundamentais esses congressos com a participação da classe trabalhadora que se organizem e ajudem os que não tem condições ainda de se organizar, porque o sistema destruiu as formas de organização, aqueles que participaram do processo organizativo nos anos 70 como eu, alguns já se foram e os que restam ainda são poucos para fazer essa reorganização”, deixou o conselho.

Outro destaque da sindicalista foi o sistema de educação de metodologia freiriana, essa forma de ensino-aprendizagem proporcionou base aos movimentos populares e às garantias de direitos que assistiam também aos povos da floresta, com destaque para a conquista da Reserva Extrativista Chico Mendes. “A gente levou o Projeto Seringueiro para os seringais do Acre, baseado na metodologia freiriana que é uma metodologia libertadora, que

educa e ensina a ler e escrever, mas a gente também discutia a razão de se viver naquela situação que afetava os seringueiros”, lembrou.

Sobre a atual situação da Resex Chico Mendes, que tem resultado em ocupações irregulares de fazendeiros, extração ilegal madeireira e ameaças aos moradores da Resex que ainda são extrativistas, Dercy se diz temerosa pela ausência de políticas específicas. “Nós não temos uma política para o extrativismo no Acre que garanta sobrevivência dos extrativistas. As pessoas foram obrigadas a fazer o plano de exploração madeireira na reserva. Não restou alternativa e a exploração de madeira continua. Dizem que é irregular e que é ilegal, para a natureza, esse negócio de legalizado não faz diferença nunca”, criticou.

Dercy reconhece a necessidade da união de forças políticas para reestabelecer a garantia de direitos fundamentais ao povo, mas enfatiza a iniciativa da organização de classe, da força do poder popular. “Falo isso porque a gente prova que é possível, sim, mudar. A situação é da sociedade. A gente enfrentou a ditadura militar e a gente conseguiu. A gente conseguiu mudar as coisas a partir da força da organização da classe trabalhadora”, encerrou.



Foto: MATÉRIA DAMASCENO

8M: Protestos no Brasil e no mundo marcam o Dia Internacional de Luta das Mulheres



FOTO: PASCALA DUQUE | ADUPA SSIND

Com o lema "Pela Vida das Mulheres", mulheres de centrais sindicais, movimentos sociais e populares e organizações da sociedade civil realizaram no Dia Internacional de Luta das Mulheres, 8 de março, manifestações e atividades em diversas cidades brasileiras e ao redor do mundo. O ANDES-SN e suas seções sindicais somaram-se aos atos que denunciaram o machismo, a desigualdade de gênero e o feminicídio. Homenagens à vereadora Marielle Franco também foram incorporadas à pauta dos protestos que ocorreram nos quatro cantos do país. No dia 14 de março, completou cinco anos do assassinato de Marielle e do motorista Anderson Gomes.

No Rio de Janeiro, manifestantes levantaram diferentes bandeiras relacionadas aos direitos das mulheres, como o fim do feminicídio, igualdade de emprego e renda, legalização do aborto, escolas e creches gratuitas e políticas para combater a fome. A concentração aconteceu em frente à Igreja da Candelária no fim da tarde, de onde todas seguiram em marcha até a Cinelândia. Docentes e

integrantes das seções sindicais do ANDES-SN no Rio de Janeiro - Adur, Adufrj, Aduff e Asduerj - estiveram presentes. Cartazes e gritos de protesto pediam justiça à Marielle Franco.

FEMINICÍDIO

O Brasil teve ao menos um feminicídio por dia em 2022, registrando 495 vítimas. Os estados de São Paulo (109) e Rio de Janeiro (103) lideraram os casos. Os dados fazem parte do terceiro relatório "Elas Vivem: dados que não se calam", elaborado pela Rede de Observatórios da Segurança, lançado nesta semana. A pesquisa monitorou ainda 2.423 casos de violência contra a mulher, em sete estados brasileiros: Bahia, Ceará, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão e Piauí. São Paulo lidera novamente o ranking com 898 casos, seguido do Rio de Janeiro com 545.

A forte chuva que caiu no final da tarde na cidade de São Paulo não inibiu a presença de milhares de pessoas que foram para a Avenida Paulista protestar. A Associação dos Docentes da USP (Adusp SSind.) esteve presente em unidade com demais entidades na defesa dos direitos das mulheres. A manifestação concentrou-se no vão do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp). Entre as pautas levadas à avenida, estavam o combate ao racismo, a defesa da descriminalização do aborto, a salvaguarda de direitos de mulheres do grupo LGBTQIAP+ e do direito à educação. Antes, na USP, houve o lançamento da Campanha "USP sem Assédio". Entre os dias 8 e 10 de março, ocorreu o 1º Encontro das Mulheres Indígenas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que contou com o apoio da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas (Adunicamp SSind.).

Em Minas Gerais, as mulheres também foram às ruas em diversas cidades como Uberlândia, São João Del Rei e Ouro Preto, onde a concentração foi na Praça Tiradentes, com caminhada até o Largo do Cinema.

A reivindicação por mais segurança para as mulheres e pelo fim da violência de gênero ocupou o Eixo Monumental, uma das principais avenidas de Brasília (DF), com a Marcha das Mulheres 8M Unificadas do DF e Entorno. Além das palavras de ordem em defesa da vida das mulheres, a mobilização contou com apresentações culturais. Nos dois primeiros meses de 2023, foram registrados oito casos de feminicídio no Distrito Federal. Diretores do ANDES-SN e integrantes da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (Adunb-Seção Sindical do ANDES-SN) estiveram presentes.

Em Manaus (AM), na tarde do 8 de março, docentes sindicalizadas e sindicalizados à Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (Adua - SSind.) estiveram na mobilização do Dia Internacional de Luta das Mulheres. Com o monte "Mulheres pela democracia!", o ato teve concentração na Praça da Saudade e, em seguida, as centenas de pessoas caminharam até ao Largo São Sebastião. A manifestação reuniu diversos coletivos e representações de entidades e movimentos sociais. Mulheres do povo negro, indígenas, estudantes e LGBTQIAP+ se fizeram presentes. "Se cuida, se cuida, se cuida seu machista, a América Latina vai ser toda feminista", foi umas das palavras de ordem entoadas em coro nas ruas do centro da cidade.

MERCADO DE TRABALHO

Um estudo divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) revelou que a maioria dos domicílios no Brasil é chefiada por mulheres. No entanto, elas lideram as taxas de desemprego, desalento e ganham menos que os homens. Dos 75 milhões de lares do país, 50,8% tinham liderança feminina, o que correspondente a 38,1 milhões de famílias. Já as famílias com chefia masculina somaram 36,9 milhões. As mulheres negras lideravam 21,5 milhões de lares (56,5%) e as não-negras, 16,6 milhões (43,5%), no 3º trimestre de 2022.

Já em Cuiabá (MT), mulheres da sociedade civil, coletivos feministas, movimentos populares, organizações políticas e sindicatos realizaram um acampamento pedagógico entre os dias 6 e 8 de março, culminando no ato público Dia Internacional de Luta das Mulheres. As mulheres de Mato Grosso construíram um documento com uma série de reivindicações entregue a autoridades, instituições e representantes públicos do estado. A lista de demandas foi construída a partir da contribuição de mulheres

que vivem nas cidades e no campo, indígenas, quilombolas, trans, que estão fartas de tanta insegurança e privação e incluem o assentamento imediato de 680 famílias já acampadas há quase 20 anos, implementação das delegacias especializadas das mulheres nas cidades do interior, melhor preparo da Polícia para tratar casos de violência contra as mulheres; entre outras demandas.

Na Bahia, em Feira de Santana, o ato contou com a participação de docentes da Uefs e representantes da Adufs SSind., que junto com manifestantes de diversas entidades e movimento percorreram a Avenida Presidente Dutra em direção à Câmara de Vereadores. O tema do protesto foi "Mulheres Contra o Fascismo e pelo Socialismo: em Combate à Fome, à Violência e ao Desemprego".

"Pela dignidade e em defesa da vida das mulheres trabalhadoras", foi o mote do sarau Léia Gonzalez, que aconteceu em frente à biblioteca da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), em Vitória da Conquista. O Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para questões Étnico-raciais de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) da Adusb SSind. participou da construção do evento. Durante a atividade, além de intervenções políticas, aconteceram apresentações teatrais, musicais e declamação de poemas.

Em São Luís (MA), sob o tema de "Mulheres na reconstrução da democracia", manifestantes se reuniram



em um ato público na Praça Deodoro, construído pelo Fórum Maranhense de Mulheres, Movimento de Mulheres, Centrais Sindicais e Sindicatos. Já em Fortaleza (CE), as e os manifestantes se concentraram na Praça do Ferreira, no centro da capital cearense. O ato “Pela vida das mulheres - democracia, território e direitos” teve como bandeira central a luta contra o aumento de feminicídios no Ceará, bem como o combate à fome, à violência contra as mulheres em todas as esferas, ao racismo e à anistia para golpistas.

Por direitos, pela vida das mulheres, contra as violências e opressões, contra o fascismo, as mulheres foram às ruas também em Vitória (ES). Foi realizada uma marcha que percorreu as ruas do centro da capital, e a Adufes SSind. somou forças à atividade em conjunto com mais de 40 entidades.

Na cidade de Aracaju (SE), as mulheres trabalhadoras, camponesas, sindicalistas, estudantes, LBTs reuniram-se na Praça General Valadão para o Ato Unificado do Dia Internacional de Luta das Mulheres, organizado pelo Fórum de Mulheres de Sergipe. Nesse ano, o mote trazido para as ruas foi “Pela vida de todas as mulheres, nenhum direito a menos. Sem anistia para golpistas”, que reforçou a urgência de lutar contra as ameaças à democracia e contra os retrocessos políticos dos últimos anos, que atingiram especialmente as mulheres mais pobres. A manifestação percorreu alguns pontos do centro da

capital sergipana e fez duas paradas nas casas legislativas do Município e do Estado.

Na Paraíba, o ato “Pela vida das mulheres” se concentrou no Mercado Público de Mangabeira. De lá, as manifestantes saíram em caminhada até a Praça da Paz, nos Bancários, onde houve um grande ato político cultural. A organização é do Movimento de Mulheres e Feministas da Paraíba, do qual o coletivo Mulheres em Resistência da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (Adufpb SSind.) faz parte.

Por democracia, contra a fome e em defesa dos territórios amazônidas. Esse foi o manifesto levado para as ruas de Belém (PA) no dia 8 de março. Na capital paraense, o ato foi organizado pela Frente Feminista do Pará e a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (Adufpa SSind.) marcou presença, representada pelas diretoras e diretores do sindicato e docentes da base. A concentração começou às 8h no Largo do Redondo e seguiu rumo à Assembleia Legislativa do Estado (Alepa), com o intuito de entregar o documento à presidência da Casa, porém a comitiva da Frente foi impedida de entrar no prédio e houve reação da Polícia Legislativa contra o movimento. Após intervenção de alguns parlamentares, uma comissão com 20 mulheres foi recebida pelo presidente da Alepa e por deputadas.

Em Porto Alegre (RS), o ato reuniu centenas de pessoas, na Esquina

Democrática, no centro histórico e seguiu para o Largo Zumbi dos Palmares, na Cidade Baixa. Estiveram presentes na mobilização integrantes de movimentos sociais e partidos do campo progressista.

Na cidade de Santa Maria (RS), a Praça Saldanha Marinho foi mais uma vez palco de um ato público no Dia Internacional de Luta da Mulher. Organizado por sindicatos, centrais sindicais, movimento social e estudantil, a manifestação foi intitulada “Em defesa da vida e dos direitos das mulheres. Sem anistia para golpistas!”.

Em Pelotas (RS), o ato foi organizado pela Frente Feminista 8M, da qual a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas (Adufpel SSind.) faz parte. As e os manifestantes se reuniram no final da tarde na Esquina Democrática (Chafariz do Calçadão) e caminharam pelas ruas do centro da cidade.

Segundo Rivânia Moura, presidenta do ANDES-SN, o 8 de março representa a luta que as mulheres têm travado ao longo da história. “É importante lembrar que os avanços que temos nos direitos das mulheres, proteção do Estado, aparato institucional de combate à violência, nos direitos reprodutivos, direitos no mundo do trabalho e no mundo sindical e, ainda, o fato das mulheres serem vistas como sujeito político, sujeitas da sua própria história, são fruto de muita luta das mulheres. E essas lutas estão simbolizadas nesse dia. São também parte constitutiva de uma história de organização das mulheres, no Brasil e no mundo, por pautas que são tão importantes para as nossas vidas e nossa condição de sujeito histórico”, disse.



Foto: Divulgação

ANDES-SN NA LUTA

O ANDES-SN tem lutado pelos direitos das mulheres no âmbito do Sindicato, com a aprovação da paridade de gênero no ANDES-SN, a defesa da legalização do aborto, a construção do 8M em diversas cidades do país, a inclusão do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha no calendário permanente de lutas do sindicato, a criação do documentário “Narrativas Docentes - Luta das Mulheres”, a instalação da Comissão de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual nos eventos da entidade, entre outras ações.



FOTO: MATHEUS COIMBRA / APRUMA-SN

Ao redor do mundo

Assim como no Brasil, mulheres de diversos países saíram às ruas lutando por seus direitos, que a todo o momento vêm sendo atacados, e também contra as discriminações e a violência de gênero.

Protestos foram registrados na América Latina. Na Argentina, manifestantes carregavam cartazes pedindo fim do feminicídio e da discriminação em ambientes de trabalho. Nos Estados Unidos, os atos foram marcados por manifestações contra a diferença salarial entre homens e mulheres e a política antiaborto do governo federal. No ano passado, o Senado estadunidense derrubou a lei que permitia o aborto no país.

Já em Berlim, na Alemanha, milhares de pessoas aproveitaram o feriado e também foram às ruas. Mensagens como: “aborte o patriarcado” e “liberdade feminina” estavam expostas em bandeiras. Em Paris, na França, manifestantes também protestaram contra a violência sexual e pelo direito das mulheres sobre seus corpos. Em Barcelona e Madri, cidades da Espanha, milhares de manifestantes

foram às ruas na tradicional maré roxa. Em clima festivo, gritos de: “você não está sozinha” e “não é não” foram ouvidos.

“Mundialmente, o movimento de mulheres tem imposto à agenda do Capital o reconhecimento de vários direitos, numa sociedade que é marcada pelo patriarcado que ainda tenta subalternizar as mulheres, que historicamente destina para as mulheres o lugar da casa, da maternidade e do cuidado. Esses também são espaços para as mulheres, mas não podemos ser limitadas a eles. Se hoje estamos em todas as áreas do conhecimento, em todas as profissões, espaços, nas ruas, nas lutas, nas praças, na mídia, é porque o lugar de mulher é onde ela quiser. Isso é fruto de muita conquista, embates, resistência, força, organização política e o 8M simboliza não apenas o que foi e o que está sendo, mas o futuro também. De lutas que não irão cessar e iremos continuar até que a sociedade seja reconhecida em direitos igualitários entre homens e mulheres. Seguiremos em luta por outra sociedade”, concluiu a presidenta do Sindicato Nacional.

PELO DIREITO DAS MULHERES

O governo federal anunciou no dia 8 de março uma série de medidas que visam combater a violência contra as mulheres, como decretos regulamentadores, projetos de lei, portarias e despachos. Entre eles, o Decreto 11.430/23 que dispõe sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. E o Decreto 11.432 que regulamenta a Lei 14.214/21, instituindo o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, entre outros.

A presidência ainda encaminhou ao Congresso Nacional textos da Convenção 156 e 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para os Trabalhadores Homens e Mulheres e sobre a “Eliminação da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho”. Foi enviado também aos parlamentares projeto de lei (PL) que garante às atletas gestantes ou puérperas, no âmbito da Bolsa-Atleta, o respeito à maternidade e aos direitos que a protegem. E, ainda, o texto do PL que dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens. O governo ainda despachou ao Congresso um projeto que “Institui o Dia Nacional Marielle Franco de Enfrentamento da Violência Política de Gênero e Raça, a ser comemorado, anualmente, em 14 de março”. Portarias também foram publicadas que instituem, entre outras ações, o “Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde”.

Com informações de agências de notícias

“Trabalho docente: implicações na saúde e reflexos na vida” é tema de seminário do ANDES-SN

VIII Seminário Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente aconteceu entre 17 e 19 de abril



Foto: Divulgação

Entre os dias 17 e 19 de abril, o ANDES-SN realizou o VIII Seminário Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente do ANDES-SN. Com o tema “Trabalho docente: implicações na saúde e reflexos na vida”, a atividade reuniu cerca de 70 docentes na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), na capital paulistana. O seminário foi organizado pelo Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do Sindicato Nacional, em conjunto com a Associação de Docentes da USP (Adusp - Seção Sindical do ANDES-SN).

Primeira mesa

A primeira mesa do seminário debateu o tema “A Pandemia, Ensino Remoto, Intensificação da Precarização do Trabalho e Adoecimento Docente”. As professoras Camila Holanda Marinho, da Universidade Estadual do Ceará (Uece), e Flávia Bulegon Pilecco, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), expuseram em suas apresentações pesquisas e depoimentos sobre a saúde docente.

Segundo Camila Holanda Marinho, existem muitas cobranças no mundo acadêmico e uma delas é pela produtividade. Em sua avaliação, a pandemia da Covid-19

intensificou esse processo de precarização. A docente apresentou os resultados de uma pesquisa realizada em agosto de 2020 na Uece e de outra na Universidade Federal da Bahia (Ufba) que demonstram quais os principais fatores de adoecimento docente sob os efeitos da pandemia.

“Essa questão do adoecimento está relacionada pela lógica de produtividade, que a pandemia traz uma nova faceta, exatamente porque as tecnologias fazem – de certa forma - com que a gente não pare nunca, e que não podemos desligar”, ressaltou.

Flávia Bulegon Pilecco (UFMG) também trouxe reflexões sobre a intensificação da precarização do trabalho docente na pandemia e como a omissão não apenas dos governos, mas também das universidades contribuíram para esse adoecimento.

“A gente não se baseou em critérios epidemiológicos para voltar ao ensino presencial, as atividades presenciais voltaram por pressão política e midiática. Rifamos a saúde de estudantes e professores. Para quê e pra quem? Voltamos ao presencial após mais de dois anos de ensino remoto emergencial e, nesse período, sentimos o isolamento

profissional e social que trouxeram impactos na produção de conhecimento, da ciência. Várias universidades não deram o apoio - logístico e financeiro - aos docentes”, refletiu.

Papel do Estado

O sábado (18) teve início com o debate “O papel do Estado e a saúde do(a) trabalhador(a). Como as IES veem o SUS na perspectiva da saúde do(as) servidores(as)”. O tema foi apresentado por Bruno Bechara Maxta, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que apontou que boa parte das conquistas na área da Saúde é resultado das lutas da classe trabalhadora.

“Hoje só temos o SUS em decorrência dos enfrentamentos da classe trabalhadora à ditadura militar e das greves no ABC paulista na década de 1980. Talvez o movimento da Reforma Sanitária não tivesse tido o impulso que teve sem essas lutas”, afirmou. As propostas da Reforma Sanitária resultaram na universalidade do direito à saúde, oficializado com a Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em busca da melhoria das condições de vida da população.

O docente explicou que “sem luta não há saúde para o trabalhador”. Para ele, a

doença é a manifestação dessa tensão entre classes e é preciso pensar em como mitigar o processo de desgaste e reprodução da força de trabalho.

Raquel de Brito Sousa, 1ª vice-presidenta da Regional Pantanal do ANDES-SN e da coordenação do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do Sindicato Nacional, conduziu a mesa e corroborou a fala do palestrante. Ela citou como exemplo a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que é uma empresa pública de direito privado, criada em 2011, e que administra a maior rede de hospitais públicos do país e presta serviços à comunidade, no âmbito do SUS.

“Quando falamos da Ebserh, por exemplo, estamos falando do trabalhador e da trabalhadora docente. A privatização dos hospitais universitários limitou o acesso da comunidade acadêmica, prejudicou e precarizou o trabalho de docentes, técnicos e residentes”, explicou.

Saúde e condições de trabalho

O seminário prosseguiu pela tarde com a mesa “Saúde e condições de trabalho do(a) s docente”. Eblin Farage, da Universidade Federal Fluminense (UFF), afirmou que o debate sobre a saúde da trabalhadora e do trabalhador passa pela centralidade que o trabalho tem na sociedade. “O emprego no Capital é absolutamente aviltante e não existe possibilidade de, no capitalismo, o trabalho não ser aquele que explore”, afirmou.

A partir do conceito apresentado, a docente trouxe algumas reflexões. “Quem somos nós, docentes? Nós não somos trabalhadores? Por que uma parte da nossa categoria se autocaracteriza como intelectuais, pesquisadores e não como trabalhadores? Se nós não nos reconhecemos como trabalhadores, não reconhecemos que as transformações do mundo do trabalho nos afetam igualmente”, ressaltou.

Já Alexandre Galvão, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), contou que, nos últimos 30 anos, as transformações nas relações de trabalho se encontram no bojo das próprias transformações do sistema capitalista.

“[Isso está] representado na intensificação e a precarização do trabalho, no aumento da carga horária de trabalho, na baixa remuneração, na incorporação de novas tecnologias à prática docente, no aumento do produtivismo acadêmico e de assédios de mais diversas naturezas e, ainda, nas ausências de setores responsáveis na universidade para a formulação de uma



Foto: Divulgação

política de atenção à saúde do trabalhador e da trabalhadora”, pontuou.

Em seguida, ocorreu o painel com “Levantamento de saúde do(a) trabalhador(a) docente”, realizado pelas seções sindicais do ANDES-SN no período da pandemia da Covid-19. Depoimentos pessoais e pesquisas feitas sobre adoecimento docente foram apresentadas por Adriana Jardim (Aduenf SSind.), Michele Schultz (Adusp SSind.), Amanda Moreira (Asduerj SSind.), Vinicius Pinheiro (Adunirio SSind.), e Alexandre Cunha (Adufes SSind.).

Neila Souza, 1ª vice-presidenta da Regional Planalto e da coordenação do GTSSA do ANDES-SN, afirmou que as pesquisas apresentadas irão instrumentalizar a luta do Sindicato. “Essas pesquisas têm como intuito ter uma ideia da realidade enfrentada pela categoria, dar apoio e, ainda, apontam como podemos buscar formas de mobilização para o enfrentamento e também de amparar as e os docentes”, finalizou.

GTSSA

Na manhã de domingo (19), houve o encerramento do seminário com a Reunião do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA). As coordenadoras do GTSSA informaram que uma enquête será lançada, ainda no primeiro semestre deste ano, para mapear o adoecimento de docentes nas instituições públicas de ensino.

“O mais importante nesse momento é darmos concretude ao que foi encaminhado.

As seções sindicais irão receber essa enquête que vai centrar em docentes da educação superior - sindicalizado ou não sindicalizado - e faremos perguntas sobre o adoecimento, questões de vida, entre outros. É fundamental também que as seções sindicais possam desdobrar [os encaminhamentos] em ações na sua base e, ainda, servir como uma oportunidade de até quem não é sindicalizado saber o que o ANDES-SN está fazendo e a sua preocupação com a docência”, disse Zuleide Queiroz, 2ª vice-presidenta do ANDES-SN e da coordenação do GTSSA do sindicato.

LUTA RESPIRA ARTE

Os debates do Seminário foram intercalados por intervenções artísticas. No primeiro dia, as e os participantes assistiram performance do grupo “Slam Letra Preta”, formado por Sui-lan, Mônica e Bruna, da Biblioteca Comunitária Solano Trindade, localizada na Zona Leste de São Paulo. Com poemas autorais, as integrantes denunciaram a violência de gênero vivida não apenas por elas, mas por milhões de brasileiras. E, ainda, resgataram poemas de Solano Trindade, poeta negro e comunista de Recife, do século XX.

No sábado (18), houve a apresentação da dupla de rappers também da Zona Leste, Sara Cruz e Dabow B. As letras das músicas são marcadas por histórias sobre o mundo e a realidade em que vivem: amor, racismo, machismo, intolerância religiosa, oportunidades e as lutas travadas diariamente.

Três chapas disputarão as eleições para diretoria do ANDES-SN

As eleitas e os eleitos estarão à frente do Sindicato Nacional durante o biênio 2023/2025



A Comissão Eleitoral Central (CEC) homologou, na quinta-feira (16), três chapas, das quatro inscritas, para o processo eleitoral que definirá a direção do ANDES-SN para o biênio 2023/2025. A CEC esteve reunida em Brasília entre os dias 14 e 16 de março para a análise criteriosa da documentação apresentada na inscrição.

Três chapas concluíram o processo e cumpriram as exigências estatutárias e regimentais:

Chapa 1 “ANDES pela base: ousadia para sonhar, coragem para lutar”



com Gustavo Seferian (presidente), Francieli Rebelatto (secretária-geral) e Jennifer Susan Webb Santos (1ª tesoureira)

Chapa 2 - ANDES-SN Classista e de Luta



com André Rodrigues Guimarães (presidente), Celeste Pereira (secretária-geral) e Welbson do Vale Madeira (1º tesoureiro)

Chapa 3 - Renova Andes



com Luís Antonio Pasquetti (presidente), Eleonora Ziller Camenietzki (secretária-geral) e Erika Suruagy (1ª tesoureira)

[Confira aqui as nominatas completas.](#)

O pleito que definirá a nova diretoria do Sindicato Nacional ocorrerá nos dias 10 e 11 de maio, em votação presencial, nas universidades federais e estaduais, institutos federais e cefets de todo o país onde há docentes sindicalizados e sindicalizadas ao ANDES-SN.

Esta é a segunda vez, nos 42 anos do sindicato, que três grupos disputam as eleições pela direção do Sindicato Nacional. A primeira foi em 1996.

Combate às fake News

A Comissão Eleitoral Central divulgou, no dia 17 de março, o Regulamento de

Combate às Fake News nas eleições do ANDES-SN - Biênio 2023/2025. O documento, elaborado com apoio da assessoria jurídica nacional do Sindicato, com base nas legislações brasileiras vigentes. Considerou, ainda, a experiência acumulada pela entidade no último processo eleitoral e a Nota Técnica elaborada pela AJN em 2020, que definiu os parâmetros do ordenamento jurídico brasileiro quanto ao combate às fake News.

O regulamento, em vigor desde 15 de março, “tem como objetivo delimitar as atividades relativas à propaganda eleitoral, inclusive online, durante as

eleições para diretoria do ANDES-SN, a fim de garantir o bom senso, a honra, a ética, a civilidade e a ordem, além de impedir quaisquer práticas relacionadas à Fake News sobre o pleito eleitoral”.

O documento, com 7 capítulos, traz orientações e definições quanto à propaganda eleitoral, fake News, os procedimentos para análise de violação, as penalidades e direito de resposta. De acordo com texto, os casos omissos referentes ao teor do presente Regulamento serão tratados pela CEC.

[Confira no site do ANDES-SN todas as informações sobre as eleições](#)

Reajuste já! ANDES-SN e Fonasefe encaminham resposta sobre proposta de reajuste emergencial de 9%

REAJUSTE SALARIAL

#RecomposiçãoJá

Após reunião do Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Federais (Fonasefe) em 20 de março, o ANDES-SN encaminhou no dia seguinte (21), ao governo federal, a carta com resposta da categoria à proposta de reajuste emergencial. O Fonasefe também se posicionou via documento.

Uma agenda entre o Fonasefe e o Secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Sérgio Mendonça, estava prevista, mas foi cancelada. Conforme informação às entidades, o MGI irá receber primeiro as respostas de todas as entidades individualmente, antes de marcar nova reunião.

Na carta enviada pelo ANDES-SN, o Sindicato Nacional confirmou a posição majoritária da categoria de aceite da proposta de reajuste emergencial linear de 9% sobre a atual remuneração total, a vigorar a partir de 1º de maio. E reafirmou a necessidade do reconhecimento, por parte do governo, dos 27% de perdas acumuladas no último período - correspondente aos quatro anos do governo Bolsonaro.

As e os docentes também aprovaram o valor de R\$ 658,00 do auxílio-alimentação. Contudo, expressaram o descontentamento diante do fato de que o auxílio-alimentação, sem ser incorporado ao salário, amplia a disparidade entre pessoas na ativa e aposentadas, uma vez que as últimas não recebem o benefício.

A entidade solicitou também a imediata instalação das Mesas Setoriais para que seja possível avançar no debate sobre carreira, recomposição salarial a partir das perdas históricas da categoria e demais pautas não-remuneratórias, já protocoladas junto ao MGI e ao Ministério da Educação. [Leia aqui a íntegra da carta do ANDES-SN.](#)

O processo negocial avançou a partir de 16 de fevereiro. No entanto, na segunda rodada da Mesa Nacional de Negociação Permanente, o governo alterou o formato da negociação, o que, para o 1º tesoureiro do ANDES-SN, Amauri Frágoso, atrapalhou muito o diálogo e possibilitou pouca melhoria da proposta salarial.

"Nossa avaliação é que, em nenhum momento, o governo se movimentou para aumentar os recursos e atender às

reivindicações dos servidores públicos federais. Sempre ficou preso ao que está na Lei Orçamentária Anual e a gente sabe que, se serão dois projetos de lei, a provisão de recursos pode ser aumentada um pouco mais", explicou.

O dirigente reforçou que no documento do ANDES-SN enviado ao governo, estão destacados pontos a serem debatidos a partir da instalação das Mesas Setoriais, como a paridade entre servidoras e servidores da ativa e aqueles e aquelas aposentados; o reconhecimento das perdas históricas - a partir dos 9%, reconhecer os 27% do período do governo Bolsonaro - e o revogação defendido pelo Sindicato Nacional. "Isso é necessário para que se possa discutir as distorções na carreira, que foi destruída pelos governos anteriores. A gente precisa reconstruir essa carreira para termos uma malha salarial com lógica que permita a professoras e aos professores servidoras e servidores possam ter alguma garantia quanto ao futuro na carreira", apontou.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos confirmou no início da manhã desta quarta-feira (22) que a cerimônia para assinatura do Termo de Acordo do reajuste emergencial será na sexta-feira (24), no Palácio do Planalto.